

ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE VOL. 16 No 2 Fevereiro 2014



Economia Azul Paradigma de desenvolvimento alternativo para a SADC

por Joseph Ngwawi

A SADC está a considerar estratégias para abraçar o conceito de "Economia Azul" que considera os oceanos como "espaços de desenvolvimento" onde o planeamento coordenado integra a conservação e o uso sustentável das riquezas naturais, extracção de petróleo e transporte marítimo.

A iniciativa Economia Azul é avançada pelos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), mas também é relevante para os Estados costeiros com um interesse em águas fora da jurisdição nacional.

A iniciativa quebra o molde do negócio como o habitual desenvolvimento "castanho" onde os oceanos até então têm sido vistos como um meio livres de extracção de recursos e depósito de resíduos.

O conceito enfatiza a conservação e gestão sustentável dos oceanos e complementa a economia "verde".

Reconhece a produtividade saudável dos ecossistemas dos oceanos como um meio de salvaguardar de forma sustentável as economias dependentes dos oceanos bem como assegurar que os SIDS e outros Países costeiros tirem proveito dos seus recursos marinhos.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, apelou aos Estados Membros da SADC à desenvolverem estratégias que colhem as qualidades da Economia Azul.

Falando numa Cimeira sobre Economia Azul em Abu Dhabi, Emiratos Árabes Unidos, em Janeiro, a Dra. Tax afirmou que era altura da SADC aproveitar as sinergias que possam surgir a partir da aplicação da sua própria agenda de desenvolvimento e da iniciativa Economia Azul.

Ela disse que os objectivos da iniciativa Economia Azul estão em consonância com as prioridades de desenvolvimento da SADC e, a este respeito, a região deve alinhar os seus programas e estratégias com os ideais de uma Economia Azul.

Isso permitirá que a região para maximizar os benefícios da realização de um padrão sustentável de desenvolvimento e utilização dos recursos oceânicos.

"O conceito da Economia Azul, ao focalizar os estados costeiros e oceânicos bem como o desenvolvimento sustentável dos recursos oceânicos, traz uma dimensão importante em todo o processo de conceptualização, desenvolvimento de estratégia, planeamento e monitoria da integração e desenvolvimento regional, em particular quando consideramos os nossos Estados Membros costeiros e oceânicos", disse ela.

As sinergias poderão ser reforçadas em áreas como a utilização e gestão eficaz dos recursos naturais e marinhos, ciência e tecnologia, desenvolvimento de infra-estruturas e turismo, bem como gestão de mudanças climáticas e ambientais com base em estratégias e programas inclusivos.

continua na página 2...



POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
INFRA-ESTRUCURA	5
PERSPECTIVAS	6
AGRICULTURA	7
ENERGIA	8-9
ELEIÇÕES 2014	10-11
UNIÃO AFRICANA	12
INTEGRAÇÃO	13
MADAGÁSCAR	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16



Economia Azul Paradigma de desenvolvimento alternativo para a SADC

A protecção e regeneração dos recursos marinhos são questões prioritárias para os Estados costeiros cujos recursos marinhos contribuem significativamente para o bem-estar e socioeconómico do País.

O conceito é apropriado para a região da SADC uma vez que mais da metade dos seus 15 Estados-membros são Países costeiros ou oceânicos.

Oito Estados Membros da SADC – África do Sul, Angola, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Unida da Tanzânia e Seychelles – são Estados Costeiros ou Oceânicos.

A estratégia de desenvolvimento da Economia Azul é oportuna para a região da SADC, que tem sido palco de importantes descobertas de grandes reservas de petróleo e gás natural em Moçambique, Namíbia e Tanzânia, nos últimos anos.

A presença de reservas de gás natural nas águas costeiras de países da África Austral aponta para um enorme potencial para a exploração do recurso numa região a braços com um enorme défice de energia.

A costa leste da África emergiu nos últimos anos como um dos pontos mais brilhantes no cenário global de energia, com a descoberta de grande reservas de gás natural em Moçambique e Tanzânia.

A exploração ocorre em outros Estados Membros da SADC embora a extensão das reservas seja desconhecida para esses países.

As novas descobertas de gás natural offshore ao longo da costa de Moçambique poderão constituir um “ponto de mudança” para o País e para a região da África Austral.

O País tem reservas de gás natural estimadas entre 15 e 30 trilhões de pés cúbicos (tcf), uma quantidade suficiente para atender o consumo de gás nos Estados Unidos durante um ano.

Tanzânia tem, até agora identificadas, reservas de gás natural estimadas em mais de 10 tcf na sua região de águas profundas.

Além das descobertas de petróleo e gás, há um grande potencial para a exploração de outros recursos oceânicos nos Estados Membros da SADC.

A Namíbia tem significativas reservas de guano, fertilizante altamente eficaz feito a partir de excrementos de aves ou de bastões, que contém um elevado teor de azoto, fósforo e potássio, três nutrientes essenciais para o crescimento de plantas.

Exploração dos recursos oceânicos não é exaustiva na África Austral e há muito mais a aprender sobre os recursos marinhos desconhecidos.

O apelo para se abraçar a iniciativa Economia Azul surge num momento em que a SADC está prestes a finalizar o processo de redefinir a sua agenda de integração, de acordo com a dinâmica global e várias questões emergentes que influenciam a sua trajetória de desenvolvimento.

A região deu início a fase final de um processo iniciado em 2011, para rever o RISDP, o seu plano de desenvolvimento de 15 anos.

Na sequência de uma recomendação do Conselho de Ministros, o Secretariado da SADC estabeleceu um grupo de trabalho composto por representantes do Secretariado, todos os Estados-Membros e pelas principais partes interessadas relevantes.

Espera-se que o grupo de trabalho de múltiplas partes interessadas possa implementar as recomendações de uma revisão independente do RISDP que foi concluída no ano passado.

Espera-se que o grupo de trabalho proponha novas prioridades, principais áreas de foco, metas, resultados e prazos para o restante do período de implementação do RISDP.

Igualmente, o grupo de trabalho vai analisar e recomendar quaisquer outras estratégias e estruturas de implementação que podem melhorar a implementação do RISDP e sugerir uma nova política, estratégia e inovações institucionais para o período pós-2018, após a conclusão do plano de desenvolvimento.

A equipa deverá preparar um resumo das principais recomendações e prioridades para a conclusão do RISDP e apresentá-los ao Conselho para deliberação e aprovação em Agosto de 2014.

Espera-se que o grupo de trabalho comece a trabalhar em Março e conclua a sua missão em Junho.

A Dra. Tax elogiou as Seychelles por liderar a Iniciativa Economia Azul.



Dra. Stergomena Lawrence Tax,
Secretária Executiva da SADC

A Cimeira sobre Economia Azul, que contou com a participação de vários de Países insulares e costeiros, foi co-organizada pelas Seychelles e Emiratos Arabes Unidos e decorreu à margem da Semana de Sustentabilidade em Abu Dhabi.

Examinou o paradigma da Economia Azul, que constitui um quadro de desenvolvimento sustentável para os Países em desenvolvimento, abordando a equidade no acesso, desenvolvimento e partilha de benefícios dos recursos marinhos. □

Michel promove Economia Azul

O PRESIDENTE das Seychelles, James Michel, diz que o conceito de Economia Azul deve ser o tema central do desenvolvimento sustentável global, mitigação das mudanças climáticas e da erradicação da pobreza.

Falando durante a Cimeira sobre a Economia Azul realizada nos Emiratos Arabes Unidos, em Janeiro, Michel disse que a importância da Economia Azul para a humanidade não pode ser subestimada uma vez que mais de 70 por cento do planeta é coberta por oceanos e 90 por cento do comércio em todo o mundo é feito através do mar.

"Os Oceanos transcendem Estados. Todos eles nos ligam uns aos outros. E nós temos que aproveitar essas ligações para o desenvolvimento, e não apenas para o enriquecimento", disse Michel.

Apelou aos países para "garantir que os benefícios da actividade económica nos nossos oceanos se traduzam em benefícios reais para as nossas populações."

"Não podemos considerar que é sustentável quando certas frotas de pesca industrial exploram os recursos de um mar até a exaustão e depois simplesmente mudam para outras áreas", disse Michel.

"Inclusão, participação e autonomia das populações costeiras são elementos centrais da implementação da Economia Azul".

O conceito de Economia Azul foi introduzido e discutido durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Junho de 2012 no Rio de Janeiro, Brasil. □



SADC aprova quadro de industrialização

A **ÁFRICA** Austral deu mais um passo ousado para promover o desenvolvimento industrial na sequência da aprovação de um quadro que define estratégias para promover mais-valia na região.

O Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC, recentemente aprovado, reconhece a necessidade de construir uma infra-estrutura económica, para reforçar a base tecnológica, a abrangência das economias de escala, bem como melhorar a competitividade das indústrias.

Aprovado em 2013, o quadro tem como objectivo a cooperação regional para coordenar a construção de uma base industrial diversificada, inovadora e competitiva a nível mundial, que contribui para o crescimento sustentável e para a criação de emprego para o benefício mútuo dos países da SADC.

Serve de ponto de referência para orientar a coordenação de políticas complementares, actividades e processos que farão parte do quadro de desenvolvimento industrial regional.

O quadro reconhece que a formulação e implementação da política industrial é essencialmente uma prerrogativa nacional e que não há nenhum plano e nenhuma abordagem do tipo "um formato ideal para todos" no processo de industrialização da região.

Os Estados-Membros são incentivados a continuar a implementar políticas e estratégias nacionais para estimular e reforçar as suas capacidades produtivas uma vez que essas políticas são importantes para informar e apoiar a estrutura regional.

O quadro, portanto, procura alavancar e aproveitar as oportunidades mutuamente benéficas disponíveis nos Estados-Membros, bem como enfrentar o desafio comum de

industrialização através do desenvolvimento de estratégias ou actividades coordenadas a nível regional.

Baseia-se no Programa de Modernização Industrial (IUMP), adoptada pelo Comité de Ministros do Comércio da SADC em Junho de 2009.

O objectivo do IUMP é aumentar a competitividade da capacidade industrial existente e promover o desenvolvimento de cadeias de valor regionais em sectores seleccionados em toda a região.

A estrutura da produção na África Austral é característica de uma região em desenvolvimento, onde grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) provém de sectores produtivos primários, como a agricultura e a mineração.

A contribuição desses sectores é relativamente alta, com uma média de cerca de 50 por cento do PIB.

A pesca cresceu igualmente e é importante em vários países.

No entanto, o valor acrescentado nestes sectores primário continua baixo, em média, mantendo-se em 14 por cento do PIB em 2009, de acordo com a SADC.

Com excepção da África do Sul e das Ilhas Maurícias, que têm sectores industriais consideráveis, o sector industrial da SADC permanece relativamente pouco diversificado.

Em todos os Estados-membros da SADC, a contribuição do sector industrial para o PIB é inferior a 20 por cento e, em alguns casos, inferior a cinco por cento.

De acordo com o quadro, a intensidade da industrialização é bastante baixa na região, com a produção industrial fortemente concentrada em produtos de baixa tecnologia, como alimentos, bebidas, têxteis, vestuário e calçado.

Na maioria dos Países, a contribuição da produção em relação ao PIB manteve-se

relativamente inalterada ao longo da última década, apesar de alguns pequenos movimentos ascendentes e descendentes entre os Países.

O importante papel desempenhado pela industrialização é reconhecido nos diversos instrumentos da SADC e relatórios.

Tanto o Tratado da SADC e o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) prever uma abordagem de integração de desenvolvimento na SADC que procura abordar de produção, infra-estruturas e as barreiras de eficiência para o crescimento e desenvolvimento.

A industrialização é destacada em ambos os documentos de política da SADC como um importante instrumento para o crescimento sustentável, para o desenvolvimento e para a erradicação da pobreza.

O Protocolo da SADC sobre o Comércio, que entrou em vigor no ano 2000, apela especificamente sobre a necessidade de uma estratégia de industrialização para acompanhar a implementação da Área de Comércio Livre na SADC.

RISDP aprovado em 2003 ainda reafirmou o compromisso dos Estados Membros da SADC para uma série de áreas prioritárias de intervenção, incluindo o desenvolvimento de políticas deliberadas para a industrialização, com foco na promoção de ligações industriais e utilização eficiente dos recursos regionais através do aumento do valor acrescentado.

O plano, entre outras coisas, apela aos Estados Membros da SADC para prosseguirem com políticas e estratégias industriais nacionais de forma que promova a coerência regional e reduzam as desigualdades regionais. □

Intervenções da política industrial da SADC

O **QUADRO** da Política Industrial da SADC descreve as seguintes intervenções transversais e sectoriais gerais para implementação a nível regional:

- Desenvolver e explorar oportunidades mutuamente benéficas na SADC;
- Melhorar as normas, regulamentos técnicos e infra-estrutura de qualidade;
- Promover a cooperação em matéria de inovação, transferência de tecnologia e actividades de pesquisa e desenvolvimento;
- Desenvolver mecanismos para melhorar o acesso ao financiamento para a industrialização e sectores afins;
- Melhorar o apoio às pequenas e médias empresas;
- Integração de infra-estrutura e serviços para a estratégia de industrialização regional;
- Atrair investimento estrangeiro directo regional e local e promoção das exportações;
- Desenvolvimento de estratégias para aproveitar as oportunidades emergentes na cooperação estratégica da região com parceiros globais, e
- Promover o alinhamento deste quadro político com políticas complementares existentes. □





BAD avalia impacto do Protocolo sobre o Comércio na SADC

O BANCO Africano de Desenvolvimento (BAD) pretende realizar um estudo para avaliar o impacto da implementação do Protocolo Comercial da SADC.

O banco, através do seu Centro Regional de Recursos d África Austral com sede na África do Sul, está em processo de recrutamento de consultores para realizar o estudo a partir de Março.

O estudo envolverá uma análise documental das reformas fundamentais e dos instrumentos adoptados pela região para implementar o Protocolo da SADC sobre o Comércio e as tendências nos fluxos comerciais formais, bem como uma avaliação baseada em pesquisa sobre o impacto das reformas.

Os consultores deverão produzir um relatório destacando as suas descobertas, incluindo um sumário executivo autónomo.

O relatório será apresentado em duas reuniões de partes interessadas regionais a serem realizadas durante o ano.

Implementação do Protocolo Comercial da SADC tem sido um processo regional longo e minucioso.

Desde 1996, quando o Protocolo de Comércio foi assinado, entrando em vigor em 2000, após um processo de ratificação, 12 Estados-Membros da SADC já subscreveram o protocolo e são, portanto, parte da Área de Comércio Livre (ACL), com a excepção de Angola e da República Democrática do Congo, que pediram mais tempo antes de ingressar na ACL.

O principal instrumento de liberalização do comércio, tal como previsto no protocolo foi a eliminação de tarifas aduaneiras e barreiras não-tarifárias sobre a maior parte do comércio intra-SADC.

Uma vez que o Protocolo Comercial entrou em vigor no ano 2000, o primeiro grande passo para os Estados-Membros foi empreender negociações para a eliminação gradual de tarifas, o

que implica a remoção gradual dos direitos aduaneiros.

O processo de negociação foi realizado através da "abordagem de solicitação de oferta" sob os auspícios do Fórum Negocial do Comércio, que reuniu-se regularmente, conforme previsto no Protocolo do Comércio.

Fundamental, o processo de negociação foi o princípio da assimetria, que nasceu da constatação de que, entre outras questões, os Estados Membros da SADC estavam em diferentes níveis de desenvolvimento económico.

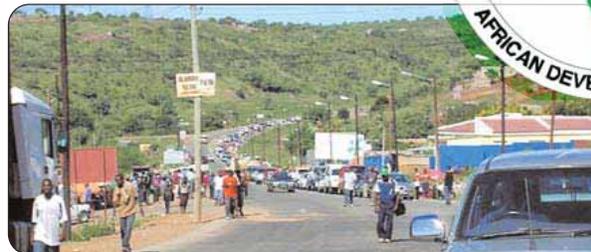
Para aplicação do Protocolo de Comércio, os Estados-Membros estavam colocados nas seguintes categorias:

- Países Desenvolvidos (principalmente África do Sul, mas de facto, União Aduaneira da África Austral - SACU);
- Países em Desenvolvimento (Maurícias e Zimbabwe); e
- Países Menos Desenvolvidos - PMA (sendo o restante, ou seja Angola, RDC, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia).

Com base nesses agrupamentos, a SADC implementou um programa gradual de tarifas em escalas variáveis de velocidade em que se esperava que o grupo de países desenvolvidos antecipasse na generalidade as suas reduções tarifárias para alcançar "praticamente todo o comércio" em cerca de cinco de implementação, isto é, em 2005.

Quanto ao grupo dos países em desenvolvimento esperava-se que efectuassem as suas reduções tarifárias para alcançar o mesmo objectivo no oitavo ano de implementação, ou seja, até 2007 /08, enquanto a última categoria, os países menos desenvolvidos, deveriam protelar as reduções tarifárias para além do limite de oito anos, mas não superior a 12 anos.

No entanto, para os produtos da categoria A e B (ver caixa), as tarifas eram para atingir o nível



O Protocolo sobre o Comércio na SADC preconiza a eliminação de tarifas aduaneiras e barreiras não-tarifárias no comércio intra-SADC

zero por cento até 2008, de acordo com a exigência da Organização Mundial do Comércio, que estipula que praticamente todo o comércio deve ser livre numa ACL.

O alcançar "praticamente todo o comércio" na SADC é abarcar 85 por cento de todos os produtos constantes na categoria A e B com exclusão dos produtos da categoria C.

A revisão intercalar encomendada pela SADC, em 2004, revelou que os Estados-Membros estavam a implementar o Protocolo de Comércio, mas o progresso era, em geral lento.

Uma das principais recomendações para assegurar o cumprimento era que os Estados-Membros efectuassem a redução faseada das tarifárias a cada 1º de Janeiro de cada ano.

Uma auditoria realizada pelo Centro do Comércio da África Austral para o Secretariado da SADC indicou que a partir de Fevereiro de 2008, Maurícias, Moçambique, países da SACU, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe tinham

apresentado as suas ofertas tarifárias ou avisos que efectuaram na fase de eliminação gradual de tarifas de 2008.

O Malawi efectuou novas reduções durante o orçamento de 2008 /09, enquanto Madagáscar só aderiu ao Protocolo em 2006 e tem mais tempo para se recuperar.

Além de remoção de tarifas, os Estados-membros também acordaram várias outras medidas de facilitação do comércio, tais como a eliminação de barreiras não-tarifárias ao comércio.

A remoção de barreiras não-tarifárias envolve a harmonização das regras e procedimentos aduaneiros, a harmonização das medidas sanitárias e fitossanitárias, bem como a adopção e aplicação das regras de origem comuns.

Tendo em conta que nem todos os produtos elegíveis para isenção de direitos aduaneiros ao abrigo de uma ACL, uma parte considerável do tempo foi gasto na negociação das regras de origem que foram eventualmente acordadas como sendo um produto específico. □

Categorização de Produtos para eliminação gradual de tarifas na SADC

Categoria do produto	Descrição
A	Produtos cujas taxas seriam removidas para 0% (ou estavam a 0%) no início da fase do processo de redução, ou seja, em 2000
B	Produtos sujeitos a uma eliminação gradual de tarifas para 0% durante um período de oito anos até 2008
C	Produtos sensíveis, fase de redução durante um período de 12 anos até 2012
E	Excluídos do comércio preferencial.





UA e BAD reforçam capacidade de Infra-estruturas das CERs

A **UNIÃO Africana** e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) assinaram um acordo de financiamento para fortalecer a capacidade das comunidades económicas regionais com o objectivo de planear, preparar e coordenar a implementação de programas e projectos de infra-estruturas regionais.

O financiamento avaliado em 8,6 milhões de dólares norte-americanos, para serem executados em três anos, vai ajudar as oito Comunidades Económicas Regionais (CER) em África, bem como a Comissão da União Africana e da Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD na implementação de programas de infra-estrutura necessárias para o fortalecimento físico do continente e integração económica.

A concessão vai beneficiar a SADC, a União do Magrebe Árabe, Comunidade dos Estados Sahel-Sarianos, Mercado Comum da África Oriental e Austral, Comunidade dos Estados da África Oriental, Comunidade Económica dos Estados da África Central, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento.

Especificamente, a concessão vai apoiar a implementação acelerada do Programa de Infra-estruturas em África (PIDA), aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo durante a 18ª Sessão Ordinária da UA, realizada na Etiópia, em Janeiro de 2012.

Servirá para fornecer a capacidade necessária para as CERs e os organismos continentais para que possam apoiar os Estados membros a mover os projectos do PIDA no tocante a sua preparação, conciliação bancária e financiamento.

Os projectos do PIDA incluem a modernização de portos, redes ferroviárias e de estradas em toda a África, bem como a interligação das redes de energia e a conclusão da interligação de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no continente.

O PIDA define projectos de infra-estruturas transfronteiriças regionais prioritárias nas áreas de energia, água, transportes e TIC a intenção de interligar, integrar e transformar a África através de infra-estrutura moderna, a um custo de investimento de 68.000 milhões de dólares até o ano de 2020.

Fornecer o quadro estratégico para as partes interessadas africanas implantarem redes integradas de infra-estruturas necessárias para impulsionar o comércio, estimular o crescimento e criar postos de trabalho bem como para apoiar a integração e articulação regional na economia global.

A implementação bem sucedida do PIDA vai, por conseguinte, aumentar a competitividade de África dentro de si mesma e na economia global, enquanto age como um catalisador para a sua transformação económica.

O acordo de concessão foi assinado pelo vice-presidente da Comissão da UA, Erastus Mwencha e pelo vice-Presidente do BAD, Charles Boamah, à margem da 22ª Sessão da Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da UA, realizada na Etiópia, em Janeiro.

O Plano Diretor Regional de Infra-estrutura da SADC aprovado na Cimeira de 2012 está em consonância com o PIDA e constitui um contributo essencial para a proposta Área tripartida de Comércio Livre composta pela SADC, COMESA e EAC.

O plano director da SADC orienta a implementação de

redes eficientes, integradas e coordenadas de infra-estruturas transfronteiriças nos seis sectores prioritários da energia, transportes, turismo, tecnologia de informação, meteorologia e água.

A SADC e outras instituições de desenvolvimento também endossaram um Fundo Africano inovador promovido pelo BAD que poderá facilitar a mobilização em larga escala de recursos e desbloquear o financiamento privado internacional para projectos de infra-estrutura no continente.

Chefes da Comissão da UA, CERs e das principais instituições económicas e financeiras prometeram durante uma reunião realizada na Tunísia, em Julho do ano passado, trabalhar em conjunto para garantir o êxito do Fundo África 50, promovido pelo BAD para colmatar o défice de infra-estruturas no continente.

O Fundo África 50 será inovador na sua concepção e estrutura, alavancando recursos de financiamento de infra-estrutura com base nas reservas dos bancos centrais africanos, fundos de pensão, fundos soberanos, da diáspora Africana e indivíduos de alto património líquido no continente.

Isso significa que as CERs Africanas serão capazes de utilizar os recursos de instituições e indivíduos financeiros nacionais no continente e na diáspora Africana para financiar infra-estruturas transfronteiriças sem se preocupar com questões de equidade.

Uma das propostas que estão sendo consideradas é a introdução de uma interligação de infra-estruturas Africanas para que os bancos centrais nacionais sejam convidados a contribuir com uma certa percentagem das reservas.

De acordo com o BAD, os bancos centrais africanos detêm juntos reservas estimadas em cerca de 500 biliões de dólares norte-americanos, alguns dos quais são investidos em instrumentos de rendimento ultra-seguros, mas baixos.

O valor de referência de 10 anos do Tesouro está actualmente a atrair cerca de 1,4 por cento de juros e o proposto Fundo África 50 terá como objectivo oferecer um retorno melhor. □

Swazilândia vai construir seis barragens



Barragens de areia são mais adequadas para áreas semi-áridas

SWAZILÂNDIA PRETENDE construir seis barragens de areia este ano, como parte de um projecto de captação de água para regiões secas do país.

Segundo a imprensa local, um estudo de viabilidade sobre as seis barragens de areia foi já finalizado, e a construção está prevista para começar em Junho.

A barragem de areia é uma parede de betão armado construído com 1-5 metros de altura num rio sazonal.

As barragens de areia são de baixo custo, baixa manutenção e usam tecnologia simples para o aproveitamento de águas pluviais e para assegurar o abastecimento de água para o uso doméstico e agrícola, e são adequadas para áreas semi-áridas. □

2014 - O que é que se espera para a África Austral?

O ANO de 2014 vai testemunhar o desenvolvimento de infra-estruturas e eleições na África do Sul, bem como os esforços para lidar com os objectivos de longo prazo, fixados para 2015, incluindo as metas de igualdade de género.

A SADC irá também encontrar soluções para a resolução de conflitos e a construção da paz nas suas fronteiras, principalmente na República Democrática do Congo e no Madagáscar.

Durante este ano, a SADC vai finalizar a revisão intercalar do seu plano de desenvolvimento de 15 anos, e o Malawi vai entregar a Presidência desta organização de desenvolvimento regional para o Zimbábwe.

As infra-estruturas e o desenvolvimento de energia continuarão a constituir as áreas principais de intervenção em 2014, uma vez que uma a existência de uma rede eficiente de transporte e a disponibilização de energia estável de baixo custo são fundamentais para uma economia próspera, tanto a nível nacional como regional.

A SADC adoptou um programa ambicioso avaliado em 64.000 milhões dólares norte-americanos para desenvolver as infra-estruturas transfronteiriças em seis áreas prioritárias de energia, transportes, turismo, água, tecnologia de informação e comunicação e meteorologia.

A implementação deste programa teve início em 2013 e vai ganhar impulso em 2014 uma vez que a região planeia desenvolver um total de 106 projectos transfronteiriços durante a primeira fase, até 2017.

O investimento e financiamento para o programa regional de infra-estruturas serão mobilizados em 2014 na sequência de uma conferência de investimento inicial realizado em Moçambique no ano passado, quando vários potenciais investidores manifestaram interesse em financiar alguns dos projectos.

Conferências adicionais de investimentos estão previstas para este ano na Ásia, Europa e Estados Unidos.

O plano director de desenvolvimento de infra-estruturas contém três fases de cinco anos para a implementação a curto prazo (2012-2017), médio prazo (2017-2022) e longo prazo (2022-2027).

A SADC continuará a reforçar o desenvolvimento da energia a nível regional para enfrentar a escassez de energia que têm dificultado o crescimento económico e desenvolvimento desde 2007, devido à limitada capacidade de produção face ao aumento da demanda.

Os Estados Membros da SADC, através do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), identificaram projectos prioritários de energia para serem implementadas a curto prazo com uma meta de auto-suficiência de energia em 2018.

O SAPP planeia acrescentar 4.670 megawatts de electricidade para a rede regional em 2014, com o aumento da nova capacidade de produção que poderá vir principalmente da África do Sul e Angola.

No que diz respeito ao comércio, a SADC espera assinar um acordo histórico este ano com o COMESA e a EAC para estabelecer um mercado ampliado que abrange 26 Países.

De acordo com o Grupo de Trabalho Tripartido COMESA - EAC -SADC, o acordo será assinado em Junho, permitindo o lançamento da chamada "Grande" Área de Comércio Livre (ACL), com uma população combinada de cerca de 600 milhões de pessoas e um bruto produto Interno de cerca de um trilhão de dólares norte-americanos.

A paz e a estabilidade são ingredientes fundamentais para o sucesso destas iniciativas de desenvolvimento, e assim os mecanismos de construção e manutenção da paz

serão reforçados em 2014, particularmente no que diz respeito ao Madagáscar, após as recentes eleições presidenciais e parlamentares, e também a RDC.

Como ajuda das Nações Unidas e de forças de paz da SADC, o Governo da RDC vem enfrentando rebeldes na parte oriental do País, rica em minerais, na fronteira com Ruanda e Uganda. Um novo desenvolvimento preocupante é o conflito na República Centro-Africana na fronteira norte da RDC.

O Centro Regional de Formação e Manutenção da Paz da SADC continuará a reforçar e expandir o treinamento de militares, policiais e forças civis de paz para estarem a disposição dos Estados membros em caso de necessidade.

Eleitores em cinco países da SADC vão às urnas este ano nas eleições nacionais para eleger os seus presidentes e membros do Parlamento para os próximos cinco anos e, em alguns casos, também para as assembleias provinciais.

A África do Sul terá eleições em Abril, Malawi, em Maio, o Botswana em Setembro /Outubro. Moçambique marcou as suas eleições para 15 de

Outubro e a Namíbia e terá eleições no final do ano.

A República Unida da Tanzânia espera concluir o processo de elaboração de uma nova constituição este ano, em preparação para as eleições de 2015, enquanto a Zâmbia também vai concluir a revisão constitucional antes das eleições de 2016.

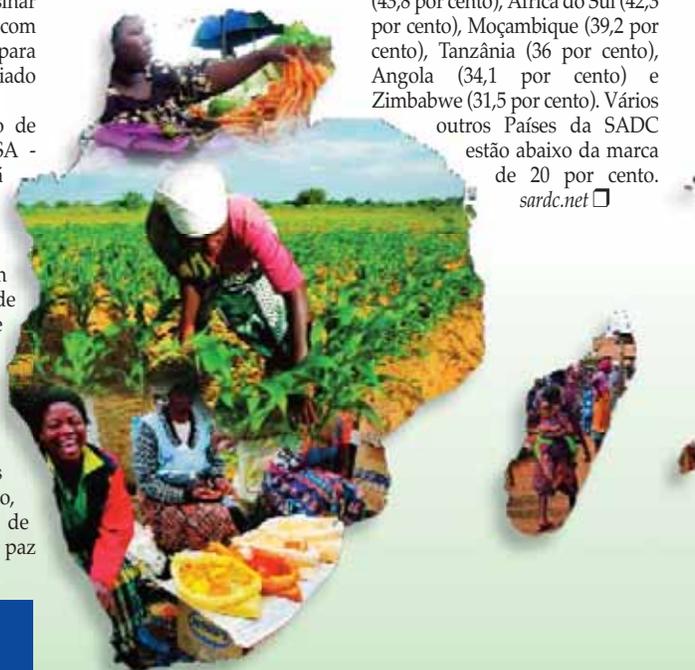
Estas constituições e as várias eleições terão impacto sobre as principais metas regionais para aumentar o número de mulheres nos órgãos de tomada de decisões nos Estados Membros da SADC.

O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que entrou em vigor no ano passado contém metas específicas a serem cumpridas até 2015, incluindo a paridade de 50:50 na representação de homens e mulheres nos cargos de tomada de decisão.

De acordo com o Monitor de Género da SADC produzido pela SARDC para a Unidade de Género da SADC, apenas cinco Estados-Membros da SADC estavam perto da meta de paridade no parlamento em meados de 2013, depois de ter ido acima do anterior limite de 30 por cento estabelecido pelos líderes regionais.

Esses Países são as Seychelles (43,8 por cento), África do Sul (42,3 por cento), Moçambique (39,2 por cento), Tanzânia (36 por cento), Angola (34,1 por cento) e Zimbábwe (31,5 por cento). Vários outros Países da SADC estão abaixo da marca de 20 por cento.

sardc.net □





Boas chuvas iluminam perspectivas alimentares para SADC

OS METEOROLOGISTAS previam a ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal na África Austral para o resto da época agrícola 2013/14, elevando as perspectivas de uma outra boa safra agrícola este ano.

A actualização da previsão meteorológica para a agricultura na SADC para a época 2013/2014, feita pelo Centro de Previsão Climática da SADC (SADC CSC), indica que toda a região espera receber chuvas normais com tendência para acima do normal na maioria dos Estados, entre Fevereiro e Abril.

Considera-se chuvas acima do normal a quantidade média de precipitação que ocorre na terceira década do pico da época chuvoso em relação a média registada durante um período de 30 anos entre 1971 e 2000, enquanto chuva abaixo do normal representa a quantidade média que ocorre na terceira década do período inicial relativamente mais seco da época chuvosa e chuva normal é a quantidade média que ocorre no intervalo intermédio da época chuvosa.

A última previsão indica que a região da SADC continuará a receber chuvas suficientes para a maioria das culturas atingirem o estágio de maturidade, mas também há o risco de inundações.

A previsão de chuva normal com tendência para acima do normal vai ocorrer em quase todas as partes da região, excepto no nordeste da República Unida da Tanzânia e nas franjas

ocidentais da Namíbia e da África do Sul.

A actualização refere, no entanto, que houve alguns atrasos no início da temporada de chuvas na maior parte da região, o que afectou o plantio de culturas.

Chuvas suficientes para as

de culturas de milho de curto ciclo já plantadas.

As Vuli ou chuvas de curta duração na Tanzânia continuaram a ocorrer de forma irregular até meados de Janeiro, com relatos de murchamento das culturas plantadas tardiamente em algumas áreas.

Relata-se que as chuvas de Dezembro e início de Janeiro foram em geral favoráveis em partes centrais / ocidental da região que enfrentou períodos de seca ao longo das duas últimas épocas.

Metade do norte do Botswana, norte da Namíbia, sul - leste de Angola, Zâmbia e Zimbabwe ocidental receberam chuvas acima do normal no período de 01 de Dezembro de 2013 a 20 de Janeiro de 2014.

As chuvas ajudaram a reviver pastagens e melhorar o abastecimento de água, permitindo a melhoria das condições de gado.

Surto generalizado de lagarta foi relatado em vários locais da Região Sul do Malawi e áreas do leste da Zâmbia.

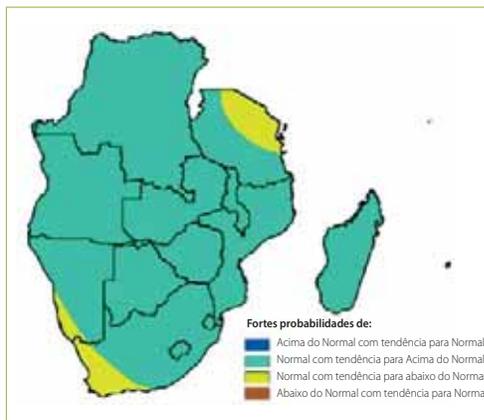
Os danos às culturas variaram de leve a grave, e algumas áreas necessitam de replantação.

No entanto, após as medidas de controlo por parte dos agricultores e do Ministério da Agricultura, a situação está sob controlo e os impactos são susceptíveis de ter sido minimizados.

As probabilidades de chuvas acima do normal observadas na maior parte da região elevam a probabilidade das culturas plantadas tardiamente poderem

atingir a maturidade, especialmente se a maior pluviosidade for associada a uma época mais longa que se estende até Abril.

O SADC CSC em conjunto com outros parceiros continuarão a acompanhar de perto o estado de evolução do El- Niño e novas actualizações serão emitidas ao longo do tempo. □



sementeiras só ocorreram nos meados de Dezembro no centro e no sul do Malawi, Zâmbia oriental, zona centro de Moçambique e norte do Zimbabwe.

O sul de Moçambique, partes do sul do Zimbabwe e centro da Tanzânia só receberam chuvas no final de Dezembro.

A implicação do atraso das chuvas é que há uma grande possibilidade das culturas não atingirem a maturidade ou um bom desenvolvimento em algumas áreas, a não ser que as chuvas se estendam um pouco mais que o normal e sejam consistentes em todo o resto da época.

A actualização das chuvas observa que, em algumas áreas, como no sul do Malawi do sul, as culturas ainda poderão atingir a maturação, devido às variedades



Sorgo cultivado na Namíbia

Namíbia vai realizar censo agro-pecuário

A NAMÍBIA vai realizar o seu censo agrícola este ano - 20 anos após a última actualização feita em 1994.

As informações do censo irão produzir dados agrícolas abrangentes e imparciais que irão proporcionar uma visão integrada da estrutura agrária no País, o que é fundamental para a formulação de políticas agrícolas.

O último censo revelou que entre as culturas temporárias cultivadas em terras aráveis no País, milho teve a maior área total colhida de 194 990 hectares, seguido de sorgo com 30 526 hectares e o trigo teve a menor área total colhida de 175 hectares. □

A SADC embarcou, ao longo dos últimos anos, num programa de implementação de novos projectos ou de reabilitação dos já existentes para melhorar suas necessidades de electricidade.

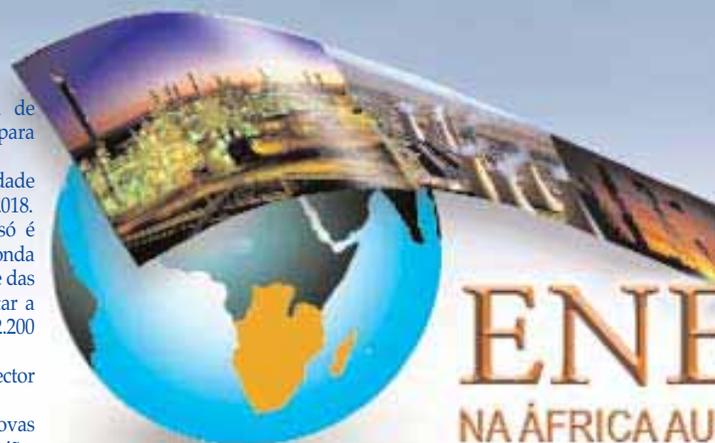
A meta é produzir mais electricidade para que a região atinja a capacidade colectiva desejada de produção de energia excedente de 10 por cento até 2018.

No entanto, a construção de novos projectos de energia por si só é insuficiente para garantir que o fornecimento de energia da região corresponda demanda da indústria, da actividade comercial, das instituições públicas e das famílias na data prevista. O desafio para a região é o facto de ela estar a perseguir uma meta em movimento, com a demanda expandindo entre 2.200 e 2.500 Megawatts por ano.

Isso exige esforços mais concertados para atrair investimentos para o sector e uma acção robusta para migrar para as tarifas reflectam os custos.

Um delicado equilíbrio é necessário, no entanto, para garantir que as novas tarifas viáveis introduzidas não excluam as comunidades vulneráveis da região.

Nesta edição, a revista África Hoje destaca o desenvolvimento da região no que diz respeito às tarifas e aos esforços para alcançar a auto-suficiência energética.



Aumento de tarifas de energia eléctrica - Uma ameaça para regionais de inflação

O AUMENTO do custo de energia eléctrica na SADC é susceptível de ter efeitos de longo prazo sobre o programa de integração regional na África Austral.

O custo da electricidade aumentou durante os últimos meses ou deverá aumentar este ano em vários Estados-Membros onde as concessionárias de energia se candidataram para aprovação de regulamentos que fixam novas tarifas.

Alguns desses Países são o Botswana, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue.

A Eskom, da África do Sul, anunciou que vai caminhar para novas tarifas de energia eléctrica em Abril se o seu pedido for aprovado pelo Regulador Nacional de Energia da África do Sul (Nersa). Previa-se que regulador efectuasse um anúncio, em Fevereiro.

O regulamento de Energia Eléctrica (ERB), anunciou em Dezembro de 2013 que aprovou um aumento de 26 por cento nas tarifas de energia eléctrica após um pedido da Companhia de Abastecimento de Electricidade da Zâmbia (ZESCO).

O Director Executivo da ERB, Langiwe Lungu, disse aumentos médios de 2014 e 2016 já foram fixados em 31 e 34 por cento, respectivamente.

Um aumento da tarifa de energia eléctrica de 40 por cento entrou em vigor em 1 de Janeiro, na Tanzânia, com o custo da energia para os consumidores domésticos ajustado para cima entre 39 e 67 por cento, e para os consumidores comerciais de grande escala o aumentado situou-se entre 37 e 55 por cento.

A Autoridade de Reguladores dos Consumidores de Energia e Águas (EWURA) justificou o aumento a problemas de viabilidade da Empresa de Abastecimento Eléctrico da Tanzânia (Tanesco).

"O reajuste tarifário proposto permitirá a Tanesco resolver os seus custos operacionais, os programas de investimento de capital, gestão financeira e aumento da capacidade necessária para atender o pico da demanda", disse Felix Ngalamgosi, Director da EWURA.

A Empresa de Transmissão e Distribuição de Energia Eléctrica do Zimbabue (ZETDC) a semelhança da Autoridade Reguladora de Energia do Zimbabue procura rever as suas tarifas este ano para aumentar a receita e melhorar a eficiência operacional.

Outras concessionárias de energia da região também aumentaram as suas tarifas durante os últimos nove meses.

A Corporação de Energia do Botswana e Conselho de Controlo de Energia Eléctrica da Namíbia subiram as suas tarifas em 13 e 10 por cento em Junho e Julho do ano passado, respectivamente.

A questão de tarifas de energia que reflectam os custos da África Austral cria alguns debates interessantes sempre que as concessionárias de energia anunciam planos para aumentar as suas tarifas.

Os consumidores argumentam que um aumento nas tarifas de electricidade vai afectar o custo de produção e, por extensão, o custo de vida uma vez que negócio passa ter custos mais elevados.

Por outro lado, as concessionárias de energia argumentam que o aumento das tarifas de energia eléctrica vai atrair investidores para o sector de energia.

Em termos do impacto do aumento das despesas de electricidade na SADC, o maior impacto poderá vir da maior de potência económica regional, a África do Sul, que actua como o centro de produção para a região.

África do Sul tem historicamente desfrutado tarifas baixas a coberto de um acordo com Moçambique que permitiu Pretoria extrair energia barata a partir de Cahora Bassa.

As baixas tarifas de energia Sul-Africana beneficiaram o sector manufactureiro do País, que tem sido capaz de produzir bens baratos que fornece para o resto da região.

O aumento do custo de energia eléctrica na África do Sul, portanto, pode afectar significativamente as economias de vários Estados Membros da SADC que importam do país.

Isto, entre outras coisas, pode aumentar a pressão sobre os preços de produtos e serviços na maioria dos países, especialmente os membros da União Aduaneira da África Austral (SACU), cujas economias estão intrinsecamente ligadas à África do Sul.

A SACU funciona como uma união aduaneira da África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia ao abrigo de um acordo renovável, e é regido actualmente por um acordo negociado em 2002.

O aumento da inflação vai atrapalhar o programa da SADC sobre a convergência macroeconómica ao abrigo do qual os Estados-Membros acordaram que, a fim de alcançar e manter a estabilidade macroeconómica, eles precisam convergir em políticas económicas orientadas para a estabilidade implementadas através de um quadro e de uma estrutura institucional sólida.

Tais políticas incluem, mas não se limitam a restringir a inflação a níveis baixos e estáveis; manutenção de uma política orçamental prudente baseada em evitar grandes deficits fiscais; evitar grandes desequilíbrios financeiros na economia e minimizar distorções do mercado.

Entre outras metas, os países da SADC concordaram em ter a taxa de inflação restrita a cerca de três por cento em 2018.

Esta é, no entanto, pouco provável de ser alcançada a menos que as pressões inflacionárias provenientes de tais sectores importantes como a energia sejam contidas.

O aumento dos custos de energia eléctrica também vai destruir os progressos no sentido de alcançar a segurança alimentar e erradicar a pobreza na África Austral.

As elevadas taxas de energia eléctrica deverão influenciar negativamente a agricultura e a mineração, que são alguns dos maiores usuários de energia. □





Moçambique vai construir uma central a gás

MOÇAMBIQUE VAI este ano começar a construção de uma nova central a gás, que deverá adicionar 100 Megawatts à rede eléctrica regional.

A produção de gás está prestes a se tornar uma das principais prioridades em Moçambique nos próximos anos, após a descoberta de grandes quantidades de gás natural no País.

A quantidade de gás descoberto em Moçambique é apontada como sendo suficiente para atender o consumo de gás de um ano inteiro

pelos Estados Unidos - um dos maiores consumidores de gás do mundo. Os EUA consomem cerca de 30 trilhões de pés cúbicos por ano.

A central movida a gás em Moçambique, a ser construída em Maputo, deverá estar concluída em 2018. Uma vez em funcionamento, espera-se que possa ajudar a enfrentar a escassez de energia no País.

Moçambique precisa de cerca de 700MW de electricidade por ano. No entanto, devido a outros desafios, o país está produzindo perto de 600MW para o seu consumo local, bem como as importações.

De acordo com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome de concessionárias dos Estados-membros da região da SADC, as necessidades energéticas de Moçambique estão a aumentar e o País vai precisar de mais de 750MW por ano para o seu desenvolvimento socioeconómico em 2018.

O financiamento para a central movida a gás advirá, em conjunto, de Moçambique e do Japão.

O governo japonês já se comprometeu a investir 167 milhões de dólares norte-americanos para os serviços de engenharia, bem como a aquisição de equipamentos, obras de construção e de formação profissional.

A central a gás será uma de ciclo combinado. Centrais combinadas são mais eficientes do que as estações de energia convencionais que utilizam dois motores de calor em conjunto para converter uma fracção maior do calor produzido pelo combustível em electricidade.

Centrais de energia movidas a gás também produzem menos dióxido de carbono, tendo um menor impacto nas emissões de gases que causam as mudanças climáticas e os danos ao meio ambiente.

O projecto surge num momento quando o gás está se tornando o futuro da matriz energética da região, uma vez que a comunidade global se move em direcção a fontes de energia mais limpas.

Através do SAPP, a SADC pretende construir 16 centrais movidas a gás até 2018 em toda a região com uma capacidade combinada para adicionar mais de 4.000 MW de electricidade para a rede regional. □

as metas

Expansão da Central de Kariba em curso

A TÃO aguardada expansão da central eléctrica de Kariba, Zimbabwe, está em curso e tem o necessário financiamento assegurado.

"Nós temos já assegurado o financiamento e os trabalhos do projecto demorarão a durar cerca de três anos para serem concluídos. Se tudo correr conforme o cronograma, a primeira unidade estará pronta em 2017", afirmou o porta-voz da concessionária de energia do Zimbabwe, Fullard Gwasira.

A expansão da Central de Kariba vai aumentar a capacidade de produção de corrente eléctrica dos actuais 750 Megawatts (MW) para 1.050 MW. O projecto está avaliado em 500 milhões de dólares norte-americanos, e contempla a instalação adicional de duas centrais de produção de energia com capacidade de 150MW cada.

Actualmente existem seis centrais de produção de energia com capacidade de 125MW cada. O Zimbabwe obteve um empréstimo de 319 milhões de dólares norte-americanos do Banco Chinês de Importação e Exportação para financiar o projecto de energia.

O empréstimo tem taxa de juros de dois por cento e um período de amortização de 20 anos. O Zimbabwe vai contribuir com 35 milhões de dólares norte-americanos para o projecto elevando o custo total para 354 milhões de dólares norte-americanos.

O Ministro das Finanças, Patrick Chinamasa, saudou o acordo sublinhando que vai ajudar o Zimbabwe a suprir as suas necessidades energéticas.

"Ainda temos um longo caminho para a redução das interrupções do fornecimento de electricidade que caracterizam a nossa actual capacidade de produção de energia. Para nós, a crise de energia prejudica o crescimento da nossa economia", disse ele.

Zimbabwe tem um pico diário de procura de energia de 2.200 MW contra uma oferta de apenas 1.200 MW. □



Namíbia e Zâmbia assinam acordo de partilha de energia

A **NAMÍBIA** e Zâmbia assinaram um acordo de partilha de energia que permitirá este último País exportar excedente de energia para a Namíbia.

A concessionária Namibiana de energia, NamPower, pretende importar energia adicional da Zâmbia para combater a escassez de energia no País.

O acordo de partilha de energia envolve a exportação de 100 Megawatts (MW) de electricidade a partir de Zâmbia. A Namíbia recebe actualmente 50 MW de electricidade por dia a partir da Corporação de Abastecimento de Electricidade da Zâmbia (ZESCO) e a NamPower está negociando com a ZESCO para aumentar os fornecimentos em mais 100MW.

"Nós solicitamos um adicional de 100 MW de energia eléctrica por dia e com a recente expansão da central da Zâmbia será possível a ZESCO nos vender mais energia", disse o Chefe da Concessionária da Namíbia, Paulino Shilamba.

A Namíbia tem capacidade para produzir cerca de 45 por cento de sua electricidade. A restante é importada de países vizinhos, incluindo Botswana, África do Sul, Zimbabwe e Zâmbia.

O acordo de partilha de energia entre a Zâmbia e Namíbia reforçam a cooperação regional em matéria de energia. □



Quartas eleições da ÁFRICA DO SUL desde o fim do apartheid



A COMISSÃO Eleitoral Independente da África do Sul (IEC) marcou o 09 de Fevereiro como a data limite para que os eleitores se registem para as eleições nacionais e provinciais marcadas para 7 de Maio.

De acordo com o IEC, mais de 24 milhões de eleitores já se tinham registado em Novembro 2013, de uma população total de 52 milhões segundo o censo de 2011.

A África do Sul usa um sistema de representação proporcional em que todo o eleitorado vota por um partido político, e não indivíduos.

O Partido recebe uma parte dos assentos no Parlamento, em proporção ao número de votos conquistados através do voto directo na eleição.

Cada partido político registado envia uma lista de candidatos para a IEC antes da eleição, e o IEC determina o número de assentos para cada Partido com base nos resultados das eleições.

O presidente é eleito pelos novos membros da Assembleia Nacional entre os seus membros, normalmente é o líder do partido maioritário. Os candidatos renunciam o parlamento após a eleição.

África do Sul está em segundo lugar em termos de representação regional da SADC para as mulheres em 42,3 por cento, com as mulheres ocupando 169 dos 400 assentos da Assembleia Nacional, após as últimas eleições realizadas em Abril de 2009, de acordo com o Monitor de Género da SADC 2013.

O Congresso Nacional Africano (ANC) venceu todas as eleições nacionais, desde de que as eleições democráticas foram introduzidas em 1994, ancorando a sua campanha eleitoral sobre o Emprego e Desenvolvimento Económico.

O ANC, liderado pelo actual Presidente, Jacob Zuma, vai disputar a eleição contra vários outros partidos, incluindo a principal força da oposição Aliança Democrática, Agang da África do Sul e Combatentes da Liberdade Económica. Os partidos da oposição prometem uma melhor prestação de serviços e boa governação, com o EFF focando a distribuição equitativa da terra e dos recursos.

Eleições tripartidárias no Malawi



O Malawi vai realizar eleições presidenciais, legislativas e locais eleições no mesmo dia, pela primeira vez desde a independência em 1963.

Mais de 7,5 milhões de pessoas, se registaram para votar nas eleições tripartidárias marcadas para 20 de Maio, de acordo com a Comissão Eleitoral do Malawi (MEC).

Quase 6 milhões de eleitores registaram-se para as eleições anteriores, em 2009, a partir de uma população de 13 milhões (censo de 2008), agora estimada em cerca de 15 milhões.

Malawi usa o sistema eleitoral de pluralidade em círculo eleitoral ou "Primeiro à Chegada" (First Past the Post) em que o candidato com mais votos é declarado o vencedor em cada círculo eleitoral.

Mulheres candidatas ganharam 50 dos 193 lugares no Parlamento (26 por cento) nas eleições de 2009, que foram disputadas por 150 mulheres candidatas.

A Presidente em exercício, Joyce Banda, vai disputar sua primeira eleição presidencial depois de ter sucedido o falecido Bingu wa Mutharika, que morreu em 2012. Seus documentos de nomeação foram apresentados à Comissão Eleitoral do Malawi em meados de Fevereiro, entre uma dúzia de outros, e a MEC vi se pronunciar sobre os candidatos elegíveis.

2014

Tempo de eleição na SADC... Ci

por Kizito Sikuka

CINCO ESTADOS Membros da SADC terão eleições este ano - África Moçambique, a 15 de Outubro, e Namíbia, provavelmente em Nove como habitual: o período pré-eleitoral, o dia das eleições e a fase pós-guiadas pelas disposições das constituições nacionais e actos eleitorais Defesa e Segurança e Princípios e Directrizes Reguladores de Eleição

Espera-se que ela dispute contra vários líderes da oposição, incluindo o irmão do antigo Presidente, Peter Mutharika, do Partido Democrático Progressista (DPP).

Banda é antiga membro do DPP, mas fundou o seu próprio partido, o Partido do Povo, depois de ter recusando designar Mutharika como o sucessor do falecido presidente.

O desemprego, a prestação de serviços e a erradicação da pobreza são algumas das principais questões que dominam as campanhas eleitorais no Malawi.

BOTSWANA realiza eleições em Outubro



A Comissão Eleitoral Independente (CEI) indicou que tem eleições parlamentares poderão decorrer em Outubro no Botswana uma vez que a lei insta os cidadãos a se registar para votar. As eleições anteriores decorreram a 16 de Outubro de 2009.

O recenseamento eleitoral realizou-se no ano passado, com o registo suplementar em Março e Junho deste ano.

A IEC anunciou no ano passado que pouco mais de 1 milhão de pessoas no Botswana eram elegíveis para votar. A população total era de pouco mais de 2 milhões em 2011, altura do último censo.

O Botswana usa um sistema eleitoral de pluralidade em círculo eleitoral ou "Primeiro à Chegada" (First Past the Post) para a eleição dos membros do Parlamento, e o Parlamento recém-eleito se reúne para eleger o Presidente.

Há 57 círculos eleitorais uninominais e quatro assentos especiais designados pelo partido maioritário no Parlamento, enquanto o presidente e o procurador-geral são membros ex-ofício.

O número total de assentos é de 63 dos quais apenas cinco foram ocupados por mulheres, representando 7,9 por cento nas eleições de 2009, subindo para 9,5 por cento, com a nomeação de uma mulher para preencher uma vaga no parlamento em 2011, mas esta situação deixa ainda o Botswana na parte final da classificação de representação de género da SADC.



cinco países vão às urnas

do Sul a 07 de Maio, Malawi, a 20 de Maio, Botswana, em Outubro, Zâmbia. A SADC prevê enviar observadores para as três fases eleição eleitoral. As Missões de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) serão enviadas, bem como o Tratado da SADC, o Protocolo da SADC sobre Política, e as Democráticas da SADC.

Esta eleição poderá contar com muitos novos candidatos, incluindo uma proporção maior de mulheres. Com a meta regional de 50 por cento de mulheres em 2015, o governo e os partidos políticos estão incentivando a nomeação de mulheres candidatas. As mulheres representam 55 por cento do eleitorado no Botswana.

O Partido Democrático do Botswana (BDP), liderado pelo Presidente Seretse Khama Ian Khama prometeu ampliar e diversificar a economia através do desenvolvimento agrícola e industrial.

O BDP, vai disputar as próximas eleições gerais contra o Partido do Congresso do Botswana, que formou uma coligação com o Movimento da Aliança do Botswana nas últimas eleições.

MOÇAMBIQUE, início tardio do recenseamento para as eleições de 15 de Outubro



A data para as eleições gerais em Moçambique foi anunciada com bastante antecedência para dar à Comissão Nacional de Eleições e os Partidos Político bastante tempo para se preparar.

No entanto, o Movimento de Resistência de Moçambique (RENAMO) exigiu um adiamento do início do recenseamento eleitoral, marcado para 30 de Janeiro. O recenseamento eleitoral iniciou a 14 de Fevereiro e termina a 29 de Abril, apesar de uma segunda solicitação da Renamo para mais um adiamento.

A Comissão Nacional de Eleições e seu órgão executivo, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), alargaram o período de recenseamento a incluir a presença de delegados dos partidos políticos, e uma outra exigência da Renamo de revisão da Lei Eleitoral para ser aprovada pela Assembleia da República que retomou as suas actividades a 19 de Fevereiro.

As discussões decorrem a vários meses no meio de instabilidade no centro do país, causados por ataques armados contra postos policiais e veículos, resultando em mortes de civis e perda de propriedade.

Renamo tem 51 membros na Assembleia Nacional de 250 lugares desde as eleições de 2009, contra 191 da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), mas enfrenta os desafios de um novo partido político, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que actualmente detém apenas 8 lugares.

O MDM declarou a sua intenção de ganhar a maioria no próximo Parlamento, depois do desempenho eficaz nas eleições municipais realizadas em Novembro de 2013. A Renamo boicotou as eleições municipais, mas reverteu a sua decisão de boicotar as eleições nacionais.

O MDM, liderado pelo Edil da Beira, Daviz Simango, separou-se da Renamo, em 2009. Simango ganhou 8,6 por cento dos votos nas eleições presidenciais de 2009, contra 16,4 por cento do

líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e 75 por cento para o actual Presidente Armando Guebuza, que termina o seu último mandato.

A Frelimo ainda não anunciou os seus candidatos presidenciais, uma vez que processo está em curso para escolher entre três propostas de candidatos elegíveis. Guebuza continua a ser o Presidente do Partido.

Moçambique usa um sistema representação proporcional por província, e está entre os três principais países da região, com um número significativo de mulheres no Parlamento situado 98 (39,2 por cento).

Quase 10 milhões de eleitores registados em 2009 e possui uma população de 25,2 milhões segundo o censo de 2012.

Com mais de 80 por cento da população envolvida na agricultura, uma baixa taxa de alfabetização e elevados níveis de pobreza, há muitos desafios para este país rico em minerais espalhados ao longo da costa do Oceano Índico e um importante País de trânsito e que agora reforça o acesso aos portos dos seus países vizinhos.

NAMÍBIA aguarda terceiro Presidente desde a independência



O recenseamento eleitoral já começou para as eleições nacionais na Namíbia para todos os que são susceptíveis de votar em Novembro, já que as últimas eleições decorreram de 27-28 de Novembro de 2009.

As eleições irá fornecer o país o seu terceiro presidente desde a independência em 1990, como o actual presidente, Hifikepunye Pohamba, a cumprir o seu segundo e último mandato de acordo com a Constituição.

Novo partidos políticos detém assentos na Assembleia Nacional, incluindo a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) que tem 54 assentos e a Convenção para a Democracia e Progresso (RDP) com 8 assentos, enquanto outro sete partes - têm apenas 1 ou 2 lugares cada.

O primeiro-ministro, Hage Geingob, da Swapo, que é vice-presidente, poderá ser o candidato do partido no poder que venceu todas as eleições desde a independência em 1990.

A Comissão Eleitoral da Namíbia (ECN) marcou o período de 15 Janeiro - 2 Março 2014 como o prazo para registo de eleitores. Espera-se que cerca de 1 milhão de eleitores se registem no seio de uma população nacional de 2,1 milhões contabilizados no censo de 2011.

O desemprego e a oferta de serviço continuam a ser um desafio para o grande país árido.

A Namíbia usa o sistema eleitoral de pluralidade em círculo eleitoral ou "Primeiro à Chegada" (First Past the Post) para as eleições presidenciais e o sistema proporcional para as eleições legislativas.

A Assembleia Nacional tem 72 membros eleitos pela lista do partido e seis nomeados pelo Presidente mais para um total de 78 deputados.

A proporção de mulheres no Parlamento, na Namíbia, foi de 31 por cento parceiro após as eleições de 2004, caindo para 24,4 por cento em 2009, com apenas 19 mulheres deputadas ocupando o sétimo lugar na Região da SADC que tem com o objectivo uma paridade de 50:50 em 2015.

No seu 5º Congresso realizado em 2012 a SWAPO - comprometeu a atingir a meta de representação 50:50 de homens e mulheres em todas as estruturas do partido. Há algumas inquietações no partido sobre como implementar isso e como escolher os candidatos para a eleição nacional. □



Antevisão de um futuro firme e próspero em África

AVANÇADA, DESENVOLVIDA, com poderes, inspirada, independente e unida são algumas das principais qualidades que África possui num futuro próximo, de acordo com uma carta futurista escrita pela Presidente da Comissão da União Africana (UA), Dra.

Nkosazana Dlamini-Zuma, e entregue aos Líderes Africano na sua recente cimeira na Etiópia.

Na carta, Dlamini-Zuma, apresenta um imaginário notável de realizações que podem ser registadas em África até o ano de 2063, quando o continente comemorar o centenário da Organização da Unidade Africana, agora, União Africana.

Até 2063 a África será constituída Confederação dos Estados de África (CAS) e uma comunidade africana e económica e próspera.

"A África, efectivamente, transformou-se de um exportador de matérias-primas e um sector industrial em declínio em 2013, para se tornar um grande exportador de alimentos, um centro de produção global, um centro de conhecimento, beneficiando os nossos recursos naturais e produtos agrícolas como vectores da industrialização", prediz ela.

"As empresas Pan-africanas desde a mineração até o sector financeiro, alimentos e bebidas,

hotelaria e turismo, produtos farmacêuticos, moda, pesca e as TIC estão impulsionando a integração, e estão entre as líderes mundiais nos seus sectores. Somos agora a terceira maior economia do mundo".

O mais significativamente, diz ela, é que o comércio intra-africano pode chegar a 50 por cento em 2045, de menos de 12 por cento em 2013.

Dlamini-Zuma disse que isso seria alcançado através da implementação da Agenda 2063, desenvolvida para galvanizar e unir todos os africanos em torno da visão comum de uma África pacífica, integrada e próspera.

"Planear 50 anos à frente, permitiu-nos sonhar e pensar de forma criativa e às vezes louca como um dos ministros que acolheu o retiro Ministerial de 2014 disse ao nos ver a dar passos para além dos desafios imediatos.

"Este enorme crescimento para África seria possível através de várias medidas inovadoras, incluindo infra-estruturas robustas e desenvolvimento agrícola, industrialização e promoção de maior integração económica entre as oito comunidades económicas regionais no continente.

O futuro deve olhar para a segurança alimentar em África e para o aproveitamento dos vastos

recursos naturais que estão em abundância em todo o continente, disse ela.

Os pequenos produtores, que compõem a maioria dos agricultores, principalmente mulheres, terão acesso ilimitado aos mercados, recursos financeiros e insumos, como sementes e fertilizantes.

"Agrónomos consultaram as mulheres sobre as qualidades de vários cereais - quais sobreviveram devido a baixa precipitação pluvial e quais prosperaram em tempo de chuva, que culturas as pragas puseram em risco e como é que elas podem ser combatidas sem prejudicar os sistemas ecológicos delicados", continua o seu cenário futuro.

"Através da aplicação inteligente do conhecimento secular indígena, adquirido e conservado pelas mulheres africanas que têm tendência de cultivo em todas as estações, nos primeiros anos fomentaram colheitas que temos estado a falar."

No que diz respeito ao desenvolvimento de energia, Dlamini-Zuma diz que África pode proporcionar aos seus cidadãos uma energia limpa e adequada.

"Nós iluminamos a África, o continente outrora escuro, usando energia hídrica, eólica,

geotérmica e solar, além de combustíveis fósseis."

Os países africanos serão interligados, permitindo que bens, serviços e pessoas se movam livremente em todo o continente, prognostica Dlamini-Zuma.

"As redes ferroviárias e rodoviárias continentais que agora cruzam África, juntamente com as nossas vibrantes companhias aéreas, nossas paisagens e os espectaculares e sedutores nascer e pôr do sol, bem como as vibrações culturais das nossas cidades, tornaremos o turismo num dos nossos maiores sectores económicos."

Dlamini-Zuma disse que em 2026 a África terá alcançado um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas a tornar-se-á "uma grande força para a estabilidade global, paz, direitos humanos, progresso, tolerância e justiça", e terá uma única língua comum - KiSwahili que vai estar distante das línguas coloniais.

O investimento na juventude desempenha um papel crítico no seu cenário com os jovens tomando um grande interesse pela formação de clubes da União Africana em escolas e universidades em todo o continente. □

Destaques da 22ª Cimeira da União Africana realizada em Janeiro de 2014 na Etiópia

• **Painel avalia Força Africana de prontidão**
LÍDERES AFRICANOS saudaram o estabelecimento de um painel de peritos independentes, presidido pelo Professor Ibrahim Gambari, da Nigéria, para avaliar o estado de operacionalização da Força Africana de prontidão e Intervenção e a sua capacidade de rápida mobilização. A ASF é uma força militar de prontidão continental, com componentes civis e policiais, sob a direcção da União Africana, para ser despachada para qualquer Estado membro, em tempos de instabilidade. A ASF não estava ainda constituída até 2010, como planeado, e um novo prazo de 2015 foi definido, com a Cimeira solicitando um relatório completo na sua próxima cimeira, em Junho e Julho deste ano.



• **Posição comum sobre agenda 2015**
A **ÁFRICA** adoptou uma posição comum sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 para garantir que os interesses africanos estejam inclusos na nova agenda global de desenvolvimento que deverá ser finalizada no próximo ano, com base no impulso gerado pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que terminam em 2015.

• **Zimbabwe eleito vice-presidente da UA**
O **ZIMBABWE** foi eleito vice-presidente da União Africana e irá dirigir o organismo continental no próximo ano. A República Democrática do Congo foi eleita como segundo suplente, com a responsabilidade de relator. Os cinco membros da Mesa da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo são o órgão supremo da UA, responsáveis de acompanhar a sua agenda. □



Um progresso lento mas constante para a integração Africana

ÁFRICA ESTÁ fazendo progresso lento mas constante para alcançar a sua visão de longa data para ter um continente integrado, de acordo com um recente relatório sobre a Situação da Integração em África, divulgado pela União Africana.

O relatório sobre a Situação da Integração em África (SIA) diz que a visão de um continente amalgamado está lentamente se tornando uma realidade, embora com desafios e que as Comunidades Económicas Regionais (CERs) fizeram progressos significativos na implementação do Tratado de Abuja - o quadro legal que define a agenda Africana de integração.

No entanto, existem alguns desafios uma vez que as "CERs estão se movendo para a implementação do Tratado de Abuja, em diferentes ritmos."

Um total de oito CERs são reconhecidas pela UA, incluindo a SADC.

A Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) é a CER mais avançada, tendo lançado o seu Mercado Comum em 2010.

O Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) lançou a sua união aduaneira em Junho de 2009, enquanto SADC e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental fizeram progressos na construção de Áreas de Comércio Livre

(ACL) e estão trabalhando para a criação de uniões aduaneiras.

O relatório citou o acordo tripartido envolvendo COMESA - EAC - SADC como um modelo de "boas práticas que as outras CERs são encorajadas a seguir, a fim de acelerar a harmonização dos seus programas e actividades."

A parceria COMESA -EAC - SADC começou em 2005, quando os líderes das três CERs decidiram harmonizar os programas nas áreas de comércio e

desenvolvimento de infra-estruturas.

Desde então, o progresso significativo foi registado no sentido de promover o movimento suave de bens e serviços em todos os 26 países da África Oriental e Austral.

Um exemplo é o primeiro posto fronteiriço de paragem única em África, em Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, lançado pelo COMESA -EAC - SADC, em 2009.

Ao abrigo do conceito de posto fronteiriço de paragem única, os viajantes são sujeitos a procedimentos alfandegários apenas uma vez para a passagem para outro país, em contraste com a situação actual, onde os viajantes têm de ser submetidos a formalidades migratórias em ambos os lados da fronteira.

Este desenvolvimento reduziu extremamente questões de atrasos, promovendo o bom fluxo de bens através da remoção dos burocráticos e "restritivos" procedimentos operacionais nas fronteiras.

No âmbito da sua iniciativa Corredor Norte-Sul, as três CERs mobilizarão mais de 1.2 mil milhões de dólares norte-americanos para implantação de projectos de infra-estruturas transfronteiriças.

Os programas planeados incluem a construção de mais de 8.000 km de estrada, a reabilitação de 600 km de via-férrea e modernização do porto de Dar es Salaam, na Tanzânia - um dos maiores e mais movimentados portos da África.

Os três CERs também fizeram uma parceria em vários outros programas, incluindo as mudanças climáticas.

Semelhante relação horizontal entre outras CERs ajudaria a África alcançar a sua visão de longa data de um continente unido e integrado. □

Marcos do Tratado de Abuja

A Comunidade Económica Africana foi fundada através do Tratado de Abuja, assinado em 1991 e que entrou em vigor em 1994, para ser constituída em seis etapas:

- Fase 1** Criar Comunidades Económicas Regionais (CER) em todas as regiões da África *concluída em 1999*
- Fase 2** Fortalecer a integração intra- REC e harmonização inter- REC harmonisation *concluída em 2007*
- Fase 3** Estabelecer uma zona de comércio livre e união aduaneira em cada bloco regional *por concluir em 2017*
- Fase 4** Coordenar e harmonizar sistema tarifário e não tarifário entre as CERs para estabelecer uma zona de comércio livre e uma união aduaneira em todo o *por concluir em 2019*
- Fase 5** Estabelecer um Mercado Comum Africano em todo o continente *por concluir em 2023*
- Fase 6** Estabelecer uma união económica e monetária em todo o continente e um Parlamento. *por concluir em 2028*

Todos os períodos de transição devem ser concluídos em 2034, o mais tardar. □

Situação da implementação do Tratado de Abuja por CER

	Fase 1 1994-1999	Fase 2 2000-2007	Fase 3 2008-2017	Fase 4 2018-2019	Fase 5 2020-2023	Fase 6 2024-2028 o mais tardar 2034
CERs	Fortalecer as CERs existentes e criar novas CERs onde não existem	Coordenar e harmonizar as actividades	Eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias	Área de Comércio Livre	União Aduaneira	União Económica e Monetária
UMA	✓	✓	Em curso	Ainda não	Ainda não	Esta etapa será alcançada quando todas as CERs tiverem conseguido
IGAD	✓	✓	Em curso	Ainda não	Ainda não	Esta etapa será alcançada quando todas as CERs tiverem conseguido
SADC	✓	✓	✓	✓	2013	Esta etapa será alcançada quando todas as CERs tiverem conseguido o Mercado Comum Africano, altura em que haverá uma moeda comum, emitida pelo Banco Central Africano.
CENSAD	✓	✓	Ainda não	Ainda não	Ainda não	
ECOWAS	✓	✓	✓	✓	2015	
COMESA	✓	✓	✓	✓	✓	
ECCAS	✓	✓	✓	✓	✓	
EAC	✓	✓	✓	✓	Data não estipulada	
					Esta etapa será alcançada quando todas as CERs tiverem conseguido uma União Aduaneira e harmonizadas as suas respectivas tarifas externas comum (TEC), com o objectivo de criar um único CET continental.	
					TEsta etapa será alcançada quando todas as CERs alcançaram união aduaneira continental, bem como a livre circulação de trabalho e capital.	

SADC levanta sanções sobre o Madagáscar

O MADAGÁSCAR viu a sua suspensão levantada por várias organizações regionais, após a restauração da ordem constitucional.

Uma Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC realizada à margem da 22ª Sessão Ordinária da União Africana, na Etiópia, levantou a suspensão, abrindo o caminho para Madagáscar para retomar a sua participação em todas as actividades da SADC.

Madagáscar foi suspenso da SADC em 2009, quando o país mergulhou num turbulência política após o líder da oposição, Andry Rajoelina, ter tomado o poder do então presidente Marc Ravalomanana, em manifestações públicas apoiadas pelos militares, num método semelhante ao utilizado por Ravalomanana, quando ele assumiu o poder há alguns anos antes do seu predecessor, Didier Ratsiraka.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) esteve na vanguarda dos esforços de mediação para facilitar o retorno da ordem constitucional em Madagáscar.

O ex-presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi apontado como o principal negociador.

A nomeação de Chissano em Junho de 2009 veio uma semana depois da União Africana (UA) e das Nações Unidas (ONU) terem suspenso os seus esforços de mediação, citando falta de vontade política de ambas as partes.

As duas organizações prometeram não reconhecer o regime de Rajoelina e, em algum momento, até sugeriram uma intervenção militar para salvar os cidadãos malgaxes afetados pela situação política no seu país.

A mediação da SADC foi finalmente compensada no final de 2013, quando Madagáscar



Hery Rajaonarimampianina toma posse como novo Presidente de Madagáscar

realizou com sucesso as eleições presidenciais ganhas pelo ex-ministro das Finanças, Hery Rajaonarimampianina.

Ele derrotou o seu principal rival, Jean Louis Robinson, por 53,49 por cento contra 46,51 por cento do total de votos.

Rajaonarimampianina, que ganhou na segunda volta das eleições depois de ter ficado em segundo lugar na primeira volta da eleição presidencial em Outubro, foi empossado como o presidente democraticamente eleito no dia 25 de Janeiro.

O Tribunal Eleitoral do Madagáscar o declarou presidente eleito depois de um protesto inicial de Robinson, que afirmou que as eleições de Dezembro foram fraudulentas.

Robinson aceitou a decisão do tribunal e participou da cerimónia de investidura, no espírito de construção da nação.

As eleições foram elogiadas como tendo sido pacíficas e em conformidade com as normas e princípios regionais por parte dos observadores eleitorais da SADC e da UA.

A missão de observação da SADC, composta por 252 membros, foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, Netumbo Nandi-Ndaitwah.

"O ambiente pacífico e calmo criado pelo povo e o governo para

o sucesso das eleições; profissionalismo da equipa da CENIT, a acreditação imediata de observadores; prontidão da CENIT para ajudar os observadores, apesar de uma pesada carga de trabalho, a tolerância política, bem como a liberdade de associação e expressão durante as campanhas eleitorais, o uso da educação de informação e comunicação do eleitor e uso de urnas transparentes e assistência dos eleitores com necessidades especiais, foram as melhores práticas democráticas observadas pela SADC desde nas eleições em Madagáscar", referiu o relatório da SADC.

Os líderes da África Austral expressaram satisfação com a evolução política em Madagáscar que levaram à realização das eleições.

Num comunicado divulgado após uma Cimeira Extraordinária da SADC, na Etiópia, a 30 de Janeiro, os líderes da SADC felicitaram Rajaonarimampianina e congratularam a sua promessa para a reconciliação nacional e a recuperação socioeconómica.

Observando o progresso na resolução de ordem constitucional em Madagáscar, eles convidaram o país para se juntar a SADC e a retomar a sua participação em todas as actividades da SADC.

"A Cimeira, tendo em vista a restauração da ordem constitucional no país, levantou a suspensão do Madagáscar e convidou o país a retomar imediatamente a sua participação em todas as actividades da SADC", dizia parte do comunicado.

O levantamento das sanções sobre o Madagáscar é um desenvolvimento significativo para o país depois de vários anos de isolamento. A UA também levantou as suas sanções sobre Madagáscar, em Janeiro.

A Secretária Executiva da SADC, o Dr. Lawrence Stergomena Tax disse que o grupo de 15 membros estava satisfeito com os processos democráticos.

"Apelo a SADC, a União Africana, as Nações Unidas e outros organismos semelhantes para acolher os passos positivos que Madagáscar tem feito através das recentes eleições pacíficas, transparentes e justas e que não poupem esforços para garantir que a democracia e o Estado de Direito sejam reforçadas na África Austral", disse Tax ao Conselho de Paz e Segurança da UA.

Com o retorno do Madagáscar a SADC, o país deverá beneficiar de uma série de projectos que estão sendo implementados pela região.

Estes incluem um ambicioso programa de 64 biliões de dólares norte-americanos para desenvolver as infra-estruturas transfronteiriças em seis áreas prioritárias de energia, transportes, turismo, água, tecnologia de informação e comunicação e meteorologia.

Outros programas conjuntos são do sector do turismo, onde a região pretende instituir um visto único para todos os Estados-Membros.

O turismo é a espinha dorsal da economia malgaxe, e uma iniciativa tão regional, vai ajudar a atrair mais turistas para a ilha do Oceano Índico. *sardc.net* □

Eventos Fevereiro -Abril 2014

ÁFRICA AUSTRAL
SADC TODAY Vol 16 No 2 February 2014

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danaï Majaha, Shirley Pisirai

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2014

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 WWF, www.sadc.int, www.dailynews.co.tz, P Johnson SARDC;
P2 en.wikipedia.org, energydigital.com, dailynews.co.tz, 24tanzania.com,
wikimedia.org; P4 www.afdb.org, www.mozambique.co.za; P5 en.wikipedia.org,
harare24.com, thewaterproject.org, afdb.org; P6 wdm.org, wikimedia.org;
P7 wikipedia.org; P8 pamoja.se.com; P9 providencecentretrade.com, zesa.co.zw,
bulawayo24.com; P10 www.dailnews.gov.bw; P12 www.au.int, P Johnson SARDC;
P14 wikipedia.org, wikimedia.org, www.wildfacts.com, news.yahoo.com;
P16 panoramio.com, D Martin APG, 24tanzania.com

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sadc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

SARDC
Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral



Fevereiro
18-20,
África do Sul

Conferência de Energia Indaba

A conferência reúne especialistas internacionais e continentais para partilhar ideias e soluções para a crise de energia em África, ao mesmo tempo, explorar as vastas oportunidades de desenvolvimento de energia oferecidos pela África.

18-20, RDC

Reunião Ad-Hoc do Grupo de Peritos sobre: "Tratados de Investimentos Bilaterais e Campeões Nacionais"

Muitos países em desenvolvimento, incluindo os membros da União Africana, firmaram tratados de investimento para aumentar os fluxos de IED. O evento vai reunir especialistas para analisar o estado actual dos vários tratados de investimento, analisar como eles podem afectar a criação de campeões nacionais e recomendar os passos a seguir e o tipo de acordos que devem ser firmados entre os Países de origem e de recepção numa perspectiva de vencedores colectivos.

19-21,
África do Sul

Conferência sobre Género, Água e Desenvolvimento 2014

Esta conferência reunirá especialistas e decisores políticos para discutir como lidar com género, pobreza e os desafios da água em toda a África sob o tema "Género, Água e Desenvolvimento: A ligação inexplorada". Entre outras coisas, a conferência também irá considerar a formulação e implementação de género na política da água; mobilização de recursos humanos e financeiros; integração do género no desenvolvimento da capacidade humana e institucional, promover a cooperação e coordenação para integrar o género no sector da água e apoiar a igualdade de género no sector de água através da monitoria e avaliação

27, Botswana

Reunião do Grupo Temático de Energia da SADC

O Grupo Temático de Energia é uma reunião de coordenação que envolve parceiros de cooperação, especialistas, a SADC e suas organizações subsidiárias para discutir formas de ajudar a região no combate seus desafios energéticos.

Março
por indicar

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho de Ministros da SADC é responsável por supervisionar e monitorar as funções e desenvolvimento da SADC, e assegurar que as políticas sejam devidamente implementadas para promover a integração regional.

5-7, Zâmbia

20ª Sessão do Comité Intergovernamental de Peritos para a África Austral

Onze estados membros da SADC e do COMESA deverão tomar parte no evento que se reúne anualmente para discutir os desenvolvimentos económicos e sociais actuais da região. A reunião será realizada sob o tema "Transformar os recursos naturais para o crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável da África Austral".

8, Global

Dia Internacional da Mulher

TEste é o dia designado pelas Nações Unidas para comemorar questões de igualdade das mulheres com os homens, e coincide com a 57ª Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher, realizada todos os anos no início de Março. O tema principal da CSW deste ano é "A Eliminação e Prevenção de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres e Raparigas" e um tema subsidiário "a partilha de responsabilidades entre mulheres e homens, inclusive na prestação de cuidados no contexto do HIV e SIDA".

13, Botswana

Reunião do Grupo da SADC de Trabalho de Revisão do RISDP

O grupo de trabalho das partes multisectoriais interessadas irá implementar as recomendações de uma revisão independente do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional, que foi concluída em 2013. É composto por representantes dos Estados-Membros, do Secretariado da SADC, instituições filiadas e subsidiárias da SADC, instituições de pesquisa política e peritos independentes.

Abril
2-3, Bélgica

4a Sessão da Parceria de Energia África - UE

O encontro será uma oportunidade para olhar para trás, os sucessos e fracassos da parceria estratégica entre os dois continentes, e ao olhar em frente para formas de reconstruir fundamentalmente a natureza, a ambição e o alcance das relações África - Europa.

45 Anos



Moçambique recorda Mondlane

QUARENTA E cinco anos se passaram desde a morte do fundador e primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Eduardo Mondlane, que foi assassinado a 3 de Fevereiro de 1969 com um pacote armadilhado enviado pela polícia de segurança portuguesas e entregue a ele em Dar es Salaam Salaam, na Tanzânia.

A data é comemorada todos os anos em Moçambique como Dia dos Heróis.

A cerimónia para comemorar o Dia dos heróis deste ano também marcou a re-inauguração da Praça dos Heróis, em Maputo.

No centro da praça há um monumento em forma de estrela de mármore branco onde Mondlane foi depositado, assim como o primeiro Presidente do país, Samora Machel e outros heróis da luta de libertação.

Para comemorar 45 anos desde o assassinato de Mondlane, o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, galardoou mais de 100 pessoas, muitas delas postumamente, bem como algumas instituições, pelas suas contribuições para o país.

Honras póstumas para "Herói da República de Moçambique" foram entregues a 24 pessoas.

Esta é a mais alta distinção concedida a pessoas que tenham contribuído para a independência e desenvolvimento de Moçambique.

A única pessoa que já havia recebido esse título foi o primeiro Presidente de Moçambique, Samora Machel, em 1983.

Encabeçando a lista honras actual foi o próprio Mondlane cujo prémio foi recebido, em nome da família, pelo seu filho mais velho, Eduardo Mondlane Junior.

Outros decorados como Heróis da República incluíram o primeiro comandante do exército guerrilheiro da Frelimo, Filipe Samuel Magaia, Josina Machel, que foi um dos membros fundadores do Destacamento Feminino da Frelimo, bem como comandantes da guerrilha proeminentes como Paulo Samuel Kankhomba, Osvaldo Tazama, Bonifacio Gruveta e Sebastião Mabote.

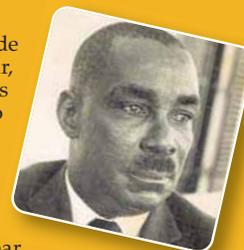
Figuras não militares condecoradas como Heróis da República incluem José Craveirinha, amplamente considerado como o maior poeta de Moçambique, e o compositor Justino Chemane.

Pessoas intimamente ligadas às negociações que levaram ao acordo geral de paz assinado a 04 de Outubro de 1992, entre o governo e a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), também foram decorados com a "Ordem 04 de Outubro". □



Jubileu de ouro da Revolução Zanzibar

ESTE ANO Marca o jubileu de ouro da Revolução Zanzibar, uma revolta contra os sultões de Omã que tinha mantido um controlo de Zanzibar durante 150 anos, como seu importante posto de negócios fora do continente Africano.



A Revolução de Zanzibar viu a derrota do sultão árabe de Zanzibar e do seu governo, em 1964, pelos africanos locais.

Zanzibar tinha sido concedida a independência da Grã-Bretanha em 1963, mas com uma estrutura que permitiu a minoria árabe reter o poder herdado da existência anterior de Zanzibar como um território ultramarino de Omã.

Frustrado com a sub representação no parlamento, apesar de ganhar 54 por cento dos votos nas eleições realizadas em Julho de 1963, o Partido Afro - Shirazi (ASP), formada principalmente por africanos, juntou forças com o Partido Umma e na manhã de 12 de Janeiro 1964, o membro ASP John Okello mobilizou centenas de pessoas na principal ilha de Unguja.

Tendo superado a força policial do país e tomado as suas armas, os revolucionários passaram para Zanzibar, onde depuseram o sultão e seu governo.

O novo governo, liderado por Abeid Amani Karume, transformou Zanzibar em República Popular de Zanzibar antes de formar uma união com Tanganyika, no continente, a 26 de Abril de 1964, para tornar as duas regiões em República Unida da Tanzânia, tendo Julius Nyerere, como Chefe de Estado.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro-Abril 2014

1 Fevereiro	Dia da abolição da escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
27 Fevereiro	Maha Shivaratree	Maurícias
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
4 Março	Dia de Carnaval	Angola
8 Março	Dia Internacional da Mulher	Angola, Zâmbia
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Dia da Juventude	Zâmbia
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
29 Março	Dia dos Mártires	Madagascar
31 Março	Ougadi	Maurícias
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia do Sheikh Abeid Karume	Tanzânia
	Dia da Mulher	Moçambique
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
18 Abril	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesotho, Madagascar, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
19 Abril	Páscoa/Sábado Santo	Seychelles, Zâmbia
19 Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
21 Abril	Segunda-feira de Páscoa	Botswana, Lesotho, Madagascar, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
25 Abril	Dia da bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
28 Abril	Feriado Público	África do Sul